

ARTIGO

Os estábulos estão por toda a parte: a venda, a propaganda, o consumo do leite de vaca na cidade do Rio de Janeiro e sua interferência na saúde infantil (1880-1920)

The stables are everywhere: the sale, advertising, consumption of cow's milk in the city of Rio de Janeiro and its interference in children's health (1880-1920)

Caroline Amorim Gil | Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

carolinegil91@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-3272-5781>

RESUMO Este artigo tem por objetivo analisar a indústria de leite na cidade do Rio de Janeiro, entre 1889 e 1930, e observar sua interferência na disseminação de uma cultura alimentar voltada para a primeira infância. A partir de posturas e decretos da municipalidade, de relatórios médicos e de propagandas busca-se observar o alcance e os problemas decorrentes da difusão do leite de vaca. Em um período marcado pela elevada mortalidade infantil, pretende-se investigar a política de alimentação exercida na capital, bem como seu impacto sobre a saúde das crianças.

Palavras-chave leite – saúde – infância.

ABSTRACT *This article aims to analyze the milk industry in the city of Rio de Janeiro, between 1889 and 1930, and observe its interference in the dissemination of a food culture aimed at early childhood. Based on the positions and decrees of the municipality, medical reports and advertisements for milk intend to observe the scope and problems arising from the diffusion of this food. In a period of mortality was high, the aim is to investigate the feeding policy exercised in the city, as well as its impact on children's health.*

Keywords *milk – health – childhood.*

Quem ouvia a buzina tocar por volta das 6h da manhã sabia que era um velho conhecido, o leiteiro que passava pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro chamando os fregueses de porta em porta para verem a ordenha da vaca. Pode-se dizer que o leite é um alimento bem democrático: integra a produção de bolos, tortas e pães; além de ser uma fonte de alimento para toda a família, é igualmente importante na alimentação de doentes e convalescentes, mas nada se compara ao seu valor no sustento infantil. De todos os grupos aqui mencionados, para a criança o leite de vaca pode ser a única forma de alimentação nos primeiros meses de existência e por isso se consagrou como fonte alimentar responsável por centenas de vidas.

Ao longo do século XIX e XX tem-se o crescimento de discussões médicas acerca da mortalidade infantil. De acordo com o censo da Capital Federal, de 1890, a cada 1.000 nascimentos 213 crianças morriam, resultando em uma média de 21% de óbitos (Portugal, 1891). Os maiores causadores do falecimento precoce eram a bronquite/broncopneumonia e as doenças gástricas (enterites e diarreia infantil). As duas doenças, diretamente relacionadas com a mortalidade infantil, indicavam ao menos dois problemas: a questão habitacional e a alimentação. A primeira um reflexo da desigualdade social e a segunda, na opinião médica, um problema que assolava todas as classes, em decorrência da ausência de amamentação biológica.

No cenário europeu Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanaro (2020) afirmam que, ao longo do século XIX, o leite raramente era mencionado nos relatórios médicos ou no orçamento dos trabalhadores, por conta das dificuldades na sua conservação. O comércio, além de pouco expressivo, tinha caráter local em decorrência da baixa importância do alimento. Desse modo, não havia imposto sobre o leite, impedindo uma avaliação estatística de sua produção; por isso o cálculo era feito pelo número de animais existentes e seu possível rendimento.

A segunda metade do século XIX foi marcada pelas descobertas de Louis Pasteur, que desenvolve o método da esterilização do leite, processo que consistia na sua fervura e em subsequente resfriamento. O estudo produziu uma revolução na conservação do alimento, que passava a ter a garantia da ausência de micro-organismos, facilitando, inclusive, o consumo e consequentemente a venda. Esse avanço científico posteriormente teria influência no cenário brasileiro.

A esterilização do leite ganhava dimensões industriais (inicialmente na Alemanha, seguida pela Suíça e, depois, por quase toda a Europa, ainda antes da Primeira Guerra), assim como o processo de pasteurização. [...] Com todos esses avanços técnicos pôde-se desenvolver a amamentação artificial e melhorar a nutrição das crianças, particularmente daquelas das classes operárias e pobres (Marcílio, 1998, p. 82).

A relação das populações com o consumo de leite e seus derivados – queijos, cremes, pastas, manteigas – mudou de região para região. “O leite fresco, outrora considerado um alimento exclusivo das crianças de peito, tornou-se também um alimento para adultos” (Flandrin, Massimo, 2020, p. 721). Na Alemanha, em fins do século XIX, surgem publicações sobre os benefícios do leite, e começam a aparecer grandes leiterias pelos subúrbios das cidades, permitindo a aquisição de leite fresco por diferentes categorias sociais. Em um século e meio o consumo de queijo, por exemplo, quintuplicou na França, passando de 2 kg anuais por pessoa, entre 1815 e 1824, para 10,6 kg anuais. Esses dados nos permitem observar a presença do leite e seus derivados como parte da dieta populacional, e a garantia de conservação do alimento através da fervura possivelmente teve impacto na alimentação de recém-nascidos.

Nas próximas páginas buscaremos analisar como a indústria de leite foi importante na disseminação de uma cultura alimentar voltada para a primeira infância durante a Primeira República brasileira, entre 1889 e 1930. É sabido que o discurso médico era categórico em defender o uso do leite materno, como bem apresentam as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.¹ No entanto, a conjuntura social impunha a necessidade de se pensar em outros meios de garantir o sustento das crianças, uma vez que muitas mães dependiam do trabalho como forma de sobrevivência e dedicar tempo ao aleitamento não era uma escolha de vida.

Este cenário é marcado por três fatores: 1) A construção de políticas de proteção à mulher operária e a formação de espaços de amparo aos seus filhos, como as creches; 2) o comércio de leite de vaca, em uma cidade que tinha albergarias espalhadas de norte a sul; 3) a chegada das farinhas lácteas nas prateleiras dos melhores comércios e nas páginas de jornais e revistas. E, como segundo fator a ser analisado neste trabalho, busca-se observar como a disseminação do leite de vaca ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, sua aceitação pela população, os recursos transferidos aos cofres públicos por meio de impostos e as táticas de convencimento ao leitor dos jornais e revistas. Que o leite materno era a maior garantia de vida no combate à morte precoce estava posto, mas o comércio de leite industrializado também evidencia como as práticas culturais podem ser, no curto prazo, tão ou mais contundentes do que o debate acadêmico.

“Leite fresquinho, direto da vaca” – A regulamentação da venda de leite na cidade do Rio de Janeiro

Durante o século XIX o Brasil foi marcado pela escravidão e pela presença de poucos trabalhadores livres. A ausência de meios de transporte coletivos fazia com que a população da cidade do Rio de Janeiro estivesse adensada em um núcleo urbano, a área central, e as diferenças entre as moradias eram marcadas mais pela estrutura das residências do que pela localização do domicílio. Após a chegada da família real, em 1808, a cidade começou a sofrer uma transformação no espaço urbano e as localidades ocupadas passaram a espelhar a estratificação social. A corte assistiu, ao longo do século XIX, ao crescimento econômico proveniente do café, que por sua vez impulsionou o aumento da malha urbana, o escoamento de mercadorias e o surgimento de uma massa de trabalhadores livres, estrangeiros e nacionais (Abreu, 1982). O capital atraído para o Rio de Janeiro foi, em grande parte, utilizado no setor de serviços públicos como transportes, esgoto, iluminação, começando a modificar a configuração urbana da antiga colônia, que principiava a atender a necessidade da elite instalada em seu território (Damazio, 1996).

A preocupação com a saúde da criança esteve diretamente relacionada com a própria conformação e transformação da cidade do Rio de Janeiro, com seus problemas sanitários e urbanos há muito conhecidos e com as epidemias que assolavam a antiga corte, devastando sua população (Chalhoub, 1996). As doenças tiveram interferência justamente nas modificações

1 Vale destacar os trabalhos de: Arruda, Cesario Correa. *Do aleitamento artificial. Trabalho original do Dispensário Moncorvo*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1908; Cabral Netto, Alcebiades. *Da alimentação nas primeiras idades: estudo crítico sobre os diferentes métodos de aleitamento*. Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Tipografia S. José, 1912; Borba Júnior, Antônio de Azevedo. *O aleitamento materno sob o ponto de vista médico social*. Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, 1913.

sanitárias que seriam executadas na primeira década do século XX, período de crescimento de instituições destinadas aos cuidados infantis,² espaços que tiveram como prerrogativa a salvação da criança para a construção de um país forte. E a sociedade civil não poupou esforços na gestão de projetos dirigidos às classes populares.

De acordo com o censo de 1890, a cidade do Rio de Janeiro era formada por 21 freguesias, divididas entre “cidade” e “subúrbios”, como pode ser observado na Tabela 1.

Cidade		Subúrbios	
Sacramento	Engenho Velho	Irajá	Ilha de Paquetá
Candelária	Santo Antônio	Jacarepaguá	
São José	São Cristóvão	Campo Grande	
Santa Rita	Espírito Santo	Inhaúma	
Sant'Anna	Gávea	Guaratiba	
Lagoa	Engenho Novo	Santa Cruz	
Glória		Ilha do Governador	

Fonte: *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907.

A abertura de estradas e caminhos permitiu às classes mais altas, com poder de mobilidade, a saída da área central, na primeira metade do século XIX, em direção aos atuais bairros da Lapa, do Catete e da Glória (todos pertencentes à freguesia da Glória), para Botafogo (freguesia da Lagoa) e para São Cristóvão (freguesia do Engenho Velho). Em paralelo ocorria o aumento populacional de freguesias como Santana e Santa Rita, que abrigavam as populações urbanas de baixa renda, uma área marcada por uma massa sem poder de mobilidade, que tinha a necessidade de estar próxima aos locais de trabalho (Abreu, 1982, p. 37).

Em 27 de fevereiro de 1880, o senhor Manoel Martins de Aguiar, morador da rua dos Cajueiros, n.1, na freguesia de Santana– que, ao lado da freguesia de Santa Rita, deu origem aos bairros portuários da Saúde, Santo Cristo e Gamboa, áreas populosas e marcadas pela pobreza urbana, ocupada por escravos de ganho, livres, libertos e imigrantes (Abreu, 1982, p.37) – solicitou, por meio de carta escrita por um despachante, duas licenças para vender leite com vacas pelas ruas.³ Diariamente apareciam solicitações na Câmara Imperial pedindo uma licença para a venda de leite de porta em porta. Após alguns meses o mesmo pedido partia do senhor Francisco Machado da Rocha, da freguesia de Santo Antônio, na Lapa, uma região movimentada, marcada por hotéis, bares, cafés, cabarés, casas de jogos e grande presença de imigrantes, atraídos pela oferta de trabalho (Sarmiento e Azevedo, 2017). Esses dois exemplos

2 O período foi marcado pela construção de instituições como a Policlínica de Botafogo, criada em 1899 pelo médico Luiz Barbosa, destinada a prestar assistência médica gratuita aos pobres da cidade; o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado em 1899 pelo médico Moncorvo Filho, voltado ao atendimento de crianças pobres; e a Policlínica de Crianças do Rio de Janeiro, criada em 1909, pertencente à Santa Casa de Misericórdia e dirigida pelo médico Fernandes Figueira.

3 A série “Comércio de leite” do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – AGCRJ, conta com inúmeros pedidos como esse, solicitando à Câmara do Império uma autorização para o exercício da atividade. Fundo Câmara Municipal, série Comércio de leite, código 59-1-14. Documentos entre 1880 e 1886 (Arquivo Geral do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

refletem os constantes pedidos para a venda de leite com vaca pelas ruas da cidade, solicitações que se estendem por anos, como pode ser observado na documentação da Câmara, e todas com a mesma intenção: o ingresso no comércio de leite.

Em março de 1881 o governo imperial aprovou uma portaria sobre albergarias⁴ que proibia a presença desses estabelecimentos no centro da cidade, mais especificamente entre a praça Duque de Caxias e as ruas do Riachuelo, Conde d'Eu e Bom Jardim, na Gamboa, uma região portuária. As albergarias existentes seriam transferidas para fora desses limites assim que a licença obtida vencesse (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 59-1-7, p. 17). A portaria estabelecia que os infratores deveriam pagar multa no valor de 10\$000 e o dobro na reincidência, o animal deveria ser vendido em leilão por ordem da Câmara e entregue ao dono o valor, sendo deduzida a multa e as despesas existentes.

A principal preocupação do legislador estava em afastar os estábulos das áreas centrais, cuja aglomeração urbana impedia a formação da estrutura necessária para a criação de vacas, respeitando as dimensões apropriadas de solo e o declive para o escoamento dos dejetos animais. A intenção era retirar as albergarias de ruas como a do Riachuelo, antiga Mata-Cavalos, caminho que levava à Glória, ao Catete e a Laranjeiras, áreas que no início do século XX concentravam chácaras de pessoas mais abastadas, que haviam saído da região central em direção à Zona Sul. Não cabia concentrar ali um ou mais estábulos que destoassem da cidade que se buscava construir (Gerson, 2013, p. 371-375). Em abril de 1882, mais um grupo de donos de albergarias escrevia contra a Postura Municipal, alegando ser o serviço de leite de utilidade pública:

Sendo incontestável a grande utilidade do leite de vaca, cujo uso é imenso, já como alimentação em qualquer idade, já como remédio, é visto que a novíssima Postura afastando tanto como faz as albergarias torna-se prejudicial aos consumidores de leite, dificultando-lhes e impossibilitando-lhes algumas vezes a aquisição do mesmo leite, e ao mesmo tempo aumentando o labor e as despesas dos fornecedores (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 59-1-14, p. 29).

Vale destacar um alerta dado pela carta: ocorria a procura do leite, repetidas vezes e tarde da noite, por aqueles que tinham crianças ou doentes em casa, o que podia até mesmo ser comprovado pelos fiscais. Afinal as "casas de vacas nunca foram consideradas insalubres, e é certo que os doentes do peito são muitas vezes mandados pelos médicos nelas dormir" (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 59-1-14, p. 29). As transformações urbanas não passavam despercebidas aos suplicantes, nem as ações governamentais em favor do embelezamento da cidade. Se o real motivo fosse as albergarias "enfearem" a cidade, que fossem retiradas das áreas mais nobres, praças e centros do comércio, "mas a zona proibida abrange lugares onde as albergarias nada enfeiam e nada incomodam, como pode ficar provado ou por meio dos fiscais, ou por meio de uma exame a que proceda a Illma. Câmara" (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 59-1-14, p. 29 verso). Não temos notícias sobre a resposta da Câmara, mas, ao que tudo indica, a perseguição ao comércio de leite seguiu adiante.

Dentre os muitos abaixo-assinados e cartas particulares remetidas à municipalidade se destaca a história do Sr. João Curvelo Avila, estabelecido com albergaria na praia de Botafogo.

4 O termo albergarias será empregado ao longo do texto como sinônimo de estábulos: espaços destinados à criação e ordenha das vacas.

Como era analfabeto, seu caso foi remetido à Câmara por um intermediário. De acordo com a carta, João Avila teve sua albergaria inspecionada por um veterinário da Junta de Higiene Pública, que marcou a ferro uma de suas vacas, considerando o leite impróprio. Contudo, o dono da albergaria alegava que a vaca Estrela era o animal mais gordo, sadio e produtivo de seu estabelecimento. Decidiu então que as vacas deveriam ser examinadas por outro veterinário e recorreu aos serviços de João Lourenço e Ignácio Pereira; ambos declararam que a vaca marcada não tinha problemas pulmonares e nem sofria de outra moléstia incurável.

Assim, João Avila questionava a avaliação do veterinário da Junta de Higiene, apresentando o parecer de outros profissionais que indicavam que Estrela não tinha tuberculose, e solicitava que o veterinário do governo fosse convocado para explicar a ação. Como nada foi feito, apelou para a inconstitucionalidade de todo o ocorrido, pedindo à Câmara que o fiscal da freguesia anulasse o auto de infração para que novamente tivesse a sua licença, na forma da lei.

A história de João Avila sinaliza os problemas diários que os donos de estábulos tinham para manter suas atividades. Petições coletivas e individuais chegavam todos os dias à Câmara, buscavam mudanças nas posturas, mostravam irregularidades nas fiscalizações, imploravam pela flexibilidade nos decretos. Nelas se alegava que as medidas do governo não atendiam aos estabelecimentos e nem mesmo à população da cidade, consumidora do leite vendido de porta em porta.

A década de 1880 foi marcada por petições, abaixo-assinados, solicitações de licenças e pela publicação de posturas municipais que buscavam impedir o comércio desregulado de leite na cidade. As posturas explicitam duas questões: 1) o problema das vacas tuberculosas e por isso a necessidade de fiscalização, para que o leite consumido na cidade não gerasse a proliferação de doenças; 2) a especulação imobiliária, pois os estábulos, por uma questão de saúde pública, não deveriam integrar o conjunto dos núcleos urbanos; os dejetos deveriam ter local apropriado de despejo, e deveria existir um espaço adequado aos animais. Mas, ao lado da questão de saúde, estava a questão estética, as albergarias eram consideradas feias, o comércio de leite trazia sujeira e o incômodo do tráfego de animais por áreas nobres da cidade.

A lentidão das medidas de fiscalização do comércio de leite, assim como sua ineficácia, fica evidente, por exemplo, em uma postura sobre vacas, de 1831, que foi aprovada em uma sessão da Câmara Municipal de 1884 (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 59-1-14). A antiga postura previa a regulamentação das vacas existentes na cidade, que deviam ser reconhecidas por número, cor, nome do dono e estábulo, sujeitas a exame prévio e licença, mediante contribuição anual de 5 (réis ou moeda da época) por vaca. A aprovação da postura em 1884 mostra que em cinquenta anos o processo de fiscalização se manteve o mesmo, e que continuavam a existir dificuldades de execução.

As vacas julgadas em perfeito estado eram marcadas com a letra A, e as afetadas por alguma moléstia com a letra D. Vacas tuberculosas ou com alguma doença incurável eram marcadas com a letra X, retiradas e enviadas para o matadouro e "Depois de deduzidas todas as despesas de transportes e direitos municipais será o líquido depositado no cofre da Ilma. Câmara à disposição do dono respectivo" (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 59-1-14, p. 101). O dono da vaca doente ficava obrigado a recorrer ao médico, sob multa de 30\$, sendo também impelido a desinfetar o estábulo se a moléstia fosse contagiosa. Nota-se que a percepção do governo sobre a falsificação do leite seguia presente desde a postura de 1831, sem avanços nas regras de fiscalização (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 59-1-14, p. 101).

A fraude do leite era um meio vantajoso para garantir maiores rendimentos na venda do produto. A simples adição de água já permitia ao comerciante aumentar seus ganhos, mas a vigilância governamental era uma forma de coibir a presença dessas alterações nos estábulos. Em fins de 1880, ficou acertado que o serviço de exame das vacas ficaria a cargo da Câmara Municipal, e os médicos do serviço de fiscalização enviariam relatórios mensais sobre as ocorrências nos exames das vacas. Ainda no mesmo ano, o relatório do fiscal da freguesia do Engenho Novo nos permite conhecer o que se passava nos estábulos da localidade, ao fazer representação contra sete vaqueiros que vendiam leite pelas ruas da freguesia sem licença, apesar de todos alegarem ter requerido permissão à Câmara.

Cada ano da década de 1890 trouxe uma série de tentativas de abertura de albergarias, um conjunto de respostas negativas ou afirmativas para a inauguração de estábulos em locais, inclusive, considerados inapropriados pelas próprias posturas municipais. As posturas eram criadas pelos legisladores com base nos pareceres de saúde pública, que por sua vez eram realizados por médicos fiscais de estábulos. E, os próprios fiscais, desrespeitando as posturas que tinham embasado a criação das leis liberavam alguns criadores para a venda de leite e o estabelecimento de albergarias em locais considerados inapropriados ao comércio, como a área central do Rio de Janeiro, centro político e administrativo da cidade.

Em 1906, o médico Fernandes Figueira, diretor da Policlínica de Crianças,⁵ publicou um artigo na revista *Brazil-Medico* sobre o leite no Rio de Janeiro. De acordo com o renomado terapeuta dedicado à causa da saúde infantil, o leite consumido na cidade era proveniente do estado do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, cerca de três mil litros diários eram trazidos em vagões frigoríficos. A ressalva do médico estava na ausência de fiscalização dos animais e do leite – manuseio, refrigeração e consumo – apesar das posturas municipais e decretos que, desde fins do século XIX determinavam a ocorrência desse controle (Figueira, 1906, p. 276-278).

Somado ao processo de retirada, engarrafamento e transporte, o leite estava à venda em carrocinhas, onde a contaminação corria mais distante dos olhos governamentais: “chegou [-se] ao apuro de misturar o leite com a água de degelo da câmara frigorífica do veículo. Para tanto não faltou o engenho dos vendedores” (Figueira, 1906, p. 276). Em 1906, a capital contava com trezentos estábulos e 3.600 vacas leiteiras, muitas sem nenhuma fiscalização, como ocorria em Copacabana, ao lado do túnel da Real Grandeza, onde se ignoravam as prescrições legais de higiene, enquanto a alguns metros a fiscalização fazia exigências aos demais estábulos da região. Esse fato traz à tona a dificuldade de supervisão pelo poder público e a disparidade no serviço de controle.

Os estábulos estão por toda parte – A capital da República era uma grande e barulhenta albergaria

A virada do século XIX para o XX foi palco de intensas transformações no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro, que viria a se tornar a capital federal. Ocorreram mudanças estruturais no

5 A instituição foi fundada em 1909, criada pela benemerência do filantropo José Carlos Rodrigues, fundador do *Jornal do Comércio*, e entregue à Santa Casa de Misericórdia, que convidou o médico Fernandes Figueira para atuar em sua direção. Localizada em São Cristóvão, a instituição tinha por finalidade o atendimento de crianças pobres, filhos de mulheres operárias e do público que ocupava a região do seu entorno. Ver Silva (2015).

campo político, como o fim do Império (1889) e a Abolição da escravidão (1888), seguidas por disputas entre liberais e conservadores para a governança da política nacional. O período também marca uma maior força nas ideologias que norteariam o ideal de construção nacional – eugenia, higienismo, sanitarismo são presenças relevantes nesse cenário e responsáveis pelas mudanças pelas quais a cidade iria passar a fim de abrigar novos ares enquanto porta de entrada para os estrangeiros que chegavam ao país (Benchimol, 2003). Nessa conjuntura, hábitos corriqueiros como o simples consumo de leite também sofreriam os impactos das renovações. O barulho provocado pelas buzinas dos leiteiros havia se tornado um incômodo para as classes abastadas, o tráfego de animais pelas ruas e o posicionamento de estábulos em espaços pouco higiênicos, bem no meio do centro urbano, agora se tornava objeto de maior atenção. Que a venda de leite de porta em porta era um hábito antigo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro é sabido, que os problemas quanto à fiscalização dos estábulos perduraram ao longo de todo o século XIX também, mas, em maio de 1899, uma novidade ao impedimento do comércio ocorreu na cidade: reclamações sobre o barulho causado pelas buzinas dos vendedores de leite colocaram em risco a permanência da tradicional atividade.

A causa higiênica não havia impedido o comércio, mesmo com relatórios médicos e posturas municipais pedindo a retirada das albergarias dos centros urbanos. Mas a mobilização dos que estavam incomodados com o som produzido pelas carrocinhas de leite podia levar ao fim daquele comércio. Foi por isso que, em 31 de maio de 1899, vendedores de leite em carrocinha enviaram um abaixo-assinado ao prefeito do Distrito Federal, em decorrência da proibição do uso de campainhas e sinetas. Alegavam que a repressão resultava em prejuízo nas vendas, pois o barulho da buzina era uma forma de chamar a atenção dos fregueses. Desse modo, solicitavam permissão para o uso das campainhas comuns, as mesmas utilizadas nos animais dos bondes que trafegavam pela cidade. Em 8 de junho, uma seção da Câmara informava que a petição precisava ser julgada pelo prefeito (AGCRJ. Fundo da Câmara Municipal, série Comércio de leite, código 59-1-34).

Não temos o julgamento do gestor municipal, mas a atividade seguiu presente pela cidade, incomodando alguns moradores e gerando renda para inúmeros trabalhadores que seguiam de porta em porta levando o leite para compor a primeira refeição das famílias cariocas. No entanto, a disputa não foi esquecida e nos anos seguintes voltou ao palco de discussões e petições na Câmara levando, inclusive, à união entre vendedores de leite e donos de albergarias.

De acordo com o levantamento da Câmara Municipal sobre as albergarias da cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1909, foi constatado que os estábulos estavam presentes em 15 dos 25 distritos da capital: Lagoa, Gávea, Glória, Santa Teresa, São José, Santana, Espírito Santo, Gamboa, São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo, Andaraí, Méier e Inhaúma. O mapa apresentado na Figura 1 nos ajudará a compreender melhor essa distribuição pelas regiões da cidade. De norte a sul havia vacas e albergarias. Vamos destacar o caso dos três distritos com os maiores quantitativos de estábulos da cidade: Glória, responsável por congregar ruas desde a Lapa até o Largo do Machado e os distritos do Engenho Velho e do Engenho Novo, que abrigavam ruas de toda a região da Tijuca, Andaraí, praça da Bandeira e Riachuelo chegando até o atual bairro de Benfica.

Os estábulos estão por toda a parte: a venda, a propaganda, o consumo do leite de vaca na cidade do Rio de Janeiro e sua interferência na saúde infantil (1880-1920)



Figura 1: Planta da cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Melhoramentos executados pelo governo, 1907 (Acervo AGCRJ. Cidade do Rio de Janeiro, 1907, 2/6/1).

A região da Glória era marcada por chácaras, formada por suntuosas mansões e procurada por famílias cujas rendas eram as mais elevadas do Segundo Reinado. Um exemplo é o Palácio do Catete, construído em 1862 para ser a residência urbana dos barões de Nova Friburgo (Abreu, 1982, p. 41). Essa freguesia serviu de palco para bailes e festas que marcaram a vida da elite. Na segunda metade do século XIX o crescimento das linhas de bonde levou maior mobilidade aos seus moradores, nobres que haviam se retirado da área central, a qual agora se tornava uma região de classes empobrecidas, habitações populares e adensamento urbano.

Se o distrito da Glória tinha uma áurea classista, a região do Engenho Velho e do Engenho Novo não era muito diferente. Essas duas localidades, ao longo do século XIX, se firmaram como regiões de grandes chácaras, justamente por estarem situadas mais distantes do núcleo urbano, e por isso serem de difícil acesso para a maioria da população. A Tijuca, o Andaraí e o Engenho Novo foram, ao longo dos Novecentos, espaços definidos por solares, pois ainda não tinham

adquirido função urbana, e eram constituídos por pequenas fazendas e sítios, locais propícios para a presença de albergarias (Abreu, 1982, p. 41).

No distrito da Glória os médicos fiscais da prefeitura contabilizaram 466 vacas, distribuídas entre 27 estábulos, por ruas como Laranjeiras, Pinheiro Machado, Tavares Bastos e Pedro Américo. Na rua Senador Vergueiro, no atual bairro do Flamengo, era possível encontrar, em um único estábulo, 38 vacas. A Tabela 2 traz a relação entre ruas e números de animais por albergaria.

Rua		
Rua	Laranjeiras, n.49	11 vacas
Rua	Pinheiro, n.31	27 vacas
Rua	Pinheiro, n.31A	14 vacas
Rua	Pinheiro, n.33	16 vacas
Rua	Rosa, n.16A	16 vacas
Rua	Senador Otaviano, n.25	9 vacas
Rua	Senador Correa, n.1 ^a	11 vacas
Rua	Tavares Bastos, n.41 ^a	21 vacas
Rua	Tavares Bastos, n.52	15 vacas
Rua	Não identificado	13 vacas
Rua	Pedro Américo, n.91	23 vacas
Rua	Senador Vergueiro, n.58	38 vacas
Rua	Santo Amaro n.63	7 vacas
Rua	Chefe Divisão Salgado, n.70	17 vacas
Rua	Chefe Divisão Salgado, n.78	37 vacas
Rua	Sano Amaro, n.85	20 vacas
Rua	Pedro Américo, n.50	15 vacas
Rua	Indiana, n.17	7 vacas
Ladeira	Guararapes, n.114	7 vacas
Rua	Senador Otaviano, n.42	15 vacas
Rua	Senador Otaviano (fundo), n.42	5 vacas
Rua	Senador Otaviano, n.53	5 vacas
Rua	Cardoso Junior, n.15 ^a	11 vacas
Ladeira	Alice, n. não identificado	11 vacas
Rua	Não identificado	

Fonte: Relação de estábulos existentes no Distrito Federal e licenciados pelo Serviço Especial do exame de vacas leiteiras e comércio de leite segundo a Diretoria Geral de Higiene, em 13 de janeiro de 1909 (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, série Estábulos, código 43.1.17, p. 43-46 verso).

Segundo a Diretoria de Higiene, a Glória era o distrito com maior quantidade de vacas licenciadas e de estábulos em funcionamento, 466 animais autorizados em 25 estábulos. Englobava ruas nos bairros de Laranjeiras, Catete, Flamengo, Glória e Largo do Machado. No bairro de Laranjeiras as albergarias podiam ser encontradas nas ruas Laranjeiras e Senador Vergueiro. No Catete os estábulos estavam em ruas como a Tavares Bastos e a Pedro Américo. Desse modo, o distrito da Glória, moradia da elite urbana, contava com onúmero mais elevado de animais autorizados e estábulos em funcionamento, dos quais ao menos 25 eram legalizados.

Em 1909 o distrito da Glória já não era uma região de arrabaldes, a expansão das linhas de bondes levou, justamente, a maior circulação de pessoas pelo seu território. O mesmo ocorreu com os distritos do Engenho Velho e do Engenho Novo, que, em meados do XIX, representavam áreas mais afastadas da cidade e propícias à localização de chácaras e pequenas fazendas, mas o crescimento da malha de transportes e, sobretudo, do sistema ferroviário, integrando áreas distantes como São Cristóvão, Méier e Riachuelo tornaram os subúrbios espaços de maior trânsito, intensamente relacionados ao centro urbano. Em 1858 ocorreu a abertura do primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (atual Central do Brasil) “que permitiu, a partir de 1861, a ocupação acelerada das freguesias suburbanas por ela atravessadas” (Abreu, 1982, p. 43).

Na primeira década do século XX, São Cristóvão, conhecido por abrigar a família imperial, se tornou polo atrativo de indústrias, em decorrência da privilegiada localização, próxima ao porto e aos eixos ferroviários. Mas, foram os trens os responsáveis pela transformação das freguesias consideradas rurais, aumentando a relação dessas áreas com o centro da cidade bem como as relações de trabalho; a existência de linhas para o subúrbio incentivou a ocupação desses espaços. Por volta de 1870 temos a inauguração das estações de Engenho de Dentro, Méier, Mangueira e Encantado, locais que estavam nas imediações justamente dos distritos do Engenho Velho e do Engenho Novo. “O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo das freguesias, e com maior concentração em torno da estação” (Abreu, 1982, p. 50), mas, com o tempo, ruas paralelas começaram a nascer, dando vida às novas regiões.

Em 1909, o distrito do Engenho Velho possuía 25 estábulos e 356 animais, distribuídos em ruas como a Barão de Ubá, com 23 vacas, a Barão de Iguatemi, com 13, a Francisco Eugenio, com 21, a Mariz e Barros, com 11 e a Francisco Xavier, com 25. Já o Distrito do Engenho Novo tinha 27 estábulos e 268 vacas, entre as ruas São Francisco Xavier, com 4, e a Dr. Garnier, com 14, como pode ser observado na Tabela 3:

Tabela 3

Distrito do Engenho Velho			Distrito do Engenho Novo		
Rua	Barão de Ubá, n.5B	23 vacas	Rua	S. Francisco Xavier, n. 188	4 vacas
Rua	Barão de Iguatemi, n.32A	13 vacas	Rua	D. Ana Nery, n.47	8 vacas
Rua	Francisco Eugenio, n.71	21 vacas	Rua	D. Ana Nery, n.192	5 vacas
Rua	Francisco Eugenio, n.71C	15 vacas	Rua	Bittencout da Silva, A1	6 vacas
Rua	Francisco Eugenio, n.31A	11 vacas	Rua	Condª de Belmonte, n. 3A	4 vacas
	Não identificado		Rua	Ceará, n.3	14 vacas
Rua	Matoso, n.28	35 vacas	Rua	Costa Lobo, n.4	10 vacas
Rua	Mariz e Barros, n.46	11 vacas	Rua	Carolina, n.22	4 vacas
Rua	S. Francisco Xavier, n.87	25 vacas	Rua	Carolina, n.7	6 vacas
Rua	S. Valentim, n.19	14 vacas	Rua	Diamantina, n.12A	18 vacas
Travessa	S. Salvador, n.5B	14 vacas	Rua	Figueira, n.31	12 vacas
Rua	S. Cristovão, n.127A	14 vacas	Rua	Dr. Garnier, n.23A	14 vacas
Rua	S. Francisco Xavier, n.99A	13 vacas	Rua	Dr. Garnier, n.29E	11 vacas
Rua	Conde de Figueiredo, n. A10	13 vacas	Rua	Machado Bittencourt, n.19	14 vacas
Rua	Sergipe, n.33	10 vacas	Rua	Oito de dezembro, n.15B	9 vacas

Rua	Pereira de Almeida, n.21	8 vacas	Rua	S. Luiz Gonzaga, n.308	9 vacas
Rua	Derby Club, n.1	10 vacas	Rua	S. Luiz Gonzaga, n.297	10 vacas
Rua	Franciso Eugenio, n.2A	9 vacas	Rua	S. Luiz Gonzaga, n.254A	19 vacas
	não identificado		Rua	S. Luiz Gonzaga, n.351	6 vacas
	não identificado		Rua	Vinte quatro de maio, n.112	9 vacas
Rua	Itapagibe, n.42	17 vacas	Rua	Vitor Meireles, n.24	14 vacas
Rua	Haddock Lobo, n.176A	11 vacas	Rua	Alice, n.6A	10 vacas
Rua	S. Salvador, n.2A	10 vacas	Rua	Machado Bittencourt, n.1E	16 vacas
Rua	Mariz e Barros, n.55	12 vacas	Rua	Não identificada	9 vacas
Rua	Santa Luiza n.30	6 vacas	Rua	Não identificada	11 vacas
			Rua	D. Ana Nery, n.31	5 vacas
			Travessa	26 de Maio, n.2	11 vacas

Fonte: "Relação de estábulos existentes no Distrito Federal e licenciados pelo Serviço Especial do exame de vacas leiteiras e comércio de leite" segundo a Diretoria Geral de Higiene, em 13 de janeiro de 1909 (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, série Estábulo, código 43.1.17, p. 43-46 verso).

Após o distrito da Glória, os que tinham o maior índice de vacas e estabelecimentos licenciados eram os distritos do Engenho Velho, do Engenho Novo e do Andaraí. O Engenho Velho contava com 315 vacas licenciadas em 25 estábulos, o Engenho Novo com 268 vacas e 27 estábulos e o Andaraí tinha 257 vacas e 24 estábulos. As ruas indicadas como referência para cada estábulo por vezes se misturam e juntas indicam uma grande área entre os atuais bairros de Benfica, São Cristóvão, Praça da Bandeira, Rocha, Maracanã, Tijuca e Vila Isabel. Arrabaldes que se tornaram mais acessíveis com a expansão das linhas de bonde, que ligavam a Zona Sul à zona central, e ao trem, que adentrava a Zona Norte. Havia estábulos na rua São Francisco Xavier classificados como Engenho Velho e outro, na mesma localidade, indicando o Engenho Novo. Por isso a junção desses três distritos, a fim de compreender o alcance dos bairros que congregavam, o que nos permite um maior alcance da área de abrangência. Todo esse perímetro contabilizava 840 vacas licenciadas entre 76 estábulos. E nos permite identificar a presença de localidades com 4 vacas, como no número 188 da rua Francisco Xavier, o que indica um possível consumo familiar, ou divisão entre os membros de uma vila, mas também a presença de 25 animais na mesma rua, no número 87, sinalizando a possibilidade de um comércio intenso, certamente com alguns funcionários.

Em 1909, a Diretoria Geral de Assistência publicou uma "Relação das multas impostas pelo Serviço Especial de Exame de Leite, vacas leiteiras e estábulos" (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 43.1.17, p. 47), permitindo conhecer a dimensão dos impostos cobrados e dos lucros obtidos pelo comércio de leite legalizado. A relação de multas traz mais sentido às súplicas dos proprietários e carroceiros aqui apresentadas, pois somente no ano 1904 foram aplicadas 101 multas pela prefeitura, num valor total de 4:480\$000. Em 1905 foram impostas 134 multas, resultando no valor de 7:120\$000. Em 1906, o número de multas foi ainda mais elevado, resultando em 353 multas e no valor total de 13:080\$000. Apenas entre janeiro e junho de 1908 já haviam sido aplicadas 143 multas e o valor relativo às multas do "1º semestre" foi de 10:110\$000. De julho a novembro foram cobradas mais 115 multas, resultando em 8:740\$000. Sete contos de

6 A tabela referente aos estabelecimentos do distrito do Andaraí não foram inseridos neste artigo, mas essas informações constam no documento do relatório municipal de 1909 (AGCRJ. Fundo Câmara Municipal, código 43.1.17).

réis correspondia ao valor suficiente para a compra de dois prédios nos arrabaldes da cidade, localidades que cresciam com a expansão das redes de transporte e formavam novos centros habitacionais (Jornal do Brasil, 14 fev. 1900, p. 4). As receitas obtidas com a aplicação das multas geraram pouco mais de 4 contos de réis, em 1904, e ultrapassaram os 18 contos em 1908. Em 4 anos a prefeitura arrecadou o equivalente à compra de muitos estabelecimentos pela cidade, indicando que a fiscalização do leite era trabalhosa e demandava a mobilização de um corpo de trabalho obrigado a se deslocar intensamente pela cidade, Mas também que a fiscalização era uma fonte lucrativa de recursos para os cofres públicos.

O parecer médico sobre o leite de vaca

Em 1912 o médico Alfredo Andrade publicou um relatório,⁷ escrito em 1904, a partir de uma conferência apresentada em Buenos Aires sobre a regulamentação do leite na Capital Federal. O intervalo entre a conferência e a publicação, 8 anos, bem demonstra que a questão da fiscalização era um problema persistente na cidade. O médico caracterizava o leite como “o alimento primeiro para a infância e a base do regime alimentar para os velhos e doentes – [que] justificam de sobejo todos os cuidados higiênicos com que se vem tentando resolvê-lo, fazendo-o alvo de bem acentuada proteção” (Andrade, 1912, p. 5). Alimento de fácil contaminação, o leite podia tornar-se vetor de doenças tanto oriundas do animal quanto da intervenção incorreta do homem. Sua riqueza estava ligada à raça, ao clima e ao ambiente de criação das vacas, e por isso “o regulamento da venda de leite tem que prever essa influência nociva do comerciante sobre os animais de sua exploração” (p. 7). O documento produzido pelo médico indicava a obrigatoriedade do consentimento da autoridade sanitária local para a realização de um comércio de leite, a licença seria concedida “após metucioso exame do estabelecimento e verificação cuidadosa de se achar ele em condições regulamentares” (p. 8). Cada estábulo ou leiteria receberia um número de registro que deveria estar contido em seus vasilhames.

Quanto às leiterias, essas poderiam estar situadas no centro das aglomerações urbanas, mas os estábulos “só poderão ser estabelecidos nos subúrbios das cidades, afastados de estabelecimentos outros, cuja vizinhança possibilite dano aos animais ou possa prejudicar lhes o produto” (Andrade, 1912, p. 9). Estábulos e leiterias ficariam responsáveis por depositar quotidianamente uma amostragem de seu produto nos laboratórios oficiais de bromatologia, sendo os estabelecimentos visitados por inspetores sanitários. Impunha-se, como condição imprescindível para entrar no consumo público, que o produto apresentasse odor agradável, proviesse de animal sadio e não recebesse adição de água. Três fatores deviam ser verificados na amostragem: a dosagem do extrato e da manteiga, a análise do soro, e o exame microscópico e organoléptico.

7 O trabalho de Alfredo Andrade foi uma incumbência da Comissão Organizadora do II Congresso Médico Latino-Americano, ocorrido em Buenos Aires, em 1904. No evento, coube ao médico relatar a questão da regulamentação da venda de leite e sua fiscalização. Decorridos quase 10 anos do projeto de regulamentação, Andrade afirmava que as ideias fundamentais do programa se mantinham vigentes. O médico buscava com a publicação “despertar a inércia da prefeitura do Distrito Federal”. Ver Andrade (1912, p. 4).

No mesmo ano da publicação dos estudos de Alfredo Andrade, o aluno Pedro Carneiro⁸ se formava na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) defendendo um trabalho sobre as características de um leite higiênico. Seu estudo se baseava na análise do leite, desde a coleta no animal ao produto final – a entrega nos lares. De acordo com a tese de doutoramento do estudante, a produção de leite, quando na zona urbana, deveria estar localizada nas periferias: “O local de preferência para um estábulo deve ser seco, de localidade isolada, sem vizinhanças, desafastado de riachos, lagoas, poços etc.” (Carneiro, 1912, p. 6). Os estábulos tinham que ter chão liso e impermeabilizado, permitindo fácil lavagem. As manjedouras deveriam ser de ferro esmaltado, cimento ou pedra, para evitar o contágio dos animais. Fatores que, se a princípio estavam atrelados a uma questão estrutural, tinham também interferência direta na produção do leite recebido pela sociedade e comercializado no país. Uma boa vacaria era composta pelos seguintes predicados:

Um estábulo propriamente dito, que se acha dividido em câmaras, uma para o leite ou câmara de manipulação, outra a lavanderia; [...]o corpo do estábulo com outras dependências, um pequeno armazém para forragens do dia, um compartimento para empregado, outro compartimento para serviço de enfermaria, para isolamento imediato de casos suspeitos. Uma pequena divisão, para as crias, outra para as vacas que estejam em trabalho de parto ou iminência de parto (Carneiro, 1912, p. 7).

Segundo o Regulamento de Higiene da prefeitura do Rio de Janeiro os estábulos precisavam ter no mínimo quatro metros de altura, com fácil escoamento para rede de esgoto, distância mínima de dois metros para a casa vizinha, além de ampla ventilação, luz e água. A ausência de ar e luz dificultaria “a eliminação das emanações pútridas, o que vem também a prejudicar o sabor do leite” (Carneiro, 1912, p. 12). Assim, verifica-se pelos dois trabalhos aqui apresentados a coerência no discurso sobre o distanciamento entre os estábulos e os centros urbanos. Os fatores essenciais para um leite higiênico eram: luz, arejamento e temperatura. Aspectos bem diferentes do quadro sinalizado em 1909 a partir dos relatórios dos fiscais de albergaria para a cidade do Rio de Janeiro, onde as leiterias, estábulos e albergarias estavam por toda parte, no coração do centro urbano, em áreas nobres e residenciais, como nas ruas pertencentes aos distritos da Glória, Engenho Velho e Engenho Novo, que com a expansão das linhas de bondes e da malha férrea se tornaram cada vez mais residenciais e populosos.

A venda do leite se utilizava de artimanhas diversas no convencimento do possível consumidor, em especial aquele que tinha uma criança em casa, cliente seguro para o consumo diário do produto. A verificação, pesagem e filtragem do alimento compunham mais um dos processos para assegurar sua qualidade, que poderia ser facilmente adulterada com a adição de água. Mas a presença do leite não estava restrita às ruas da cidade ou aos pontos fixos dos estábulos, também chegava aos lares por meio dos jornais; os anúncios foram um meio importante para a disseminação do leite de vaca na dieta infantil.

8 Pedro Carneiro era ex-interno titular da Clínica de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina da Bahia; sua tese de doutoramento foi escrita e defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ver Carneiro (1912).

A propaganda do leite de vaca

Nelson Werneck Sodré (1983, p. 1) defende a concepção de que a “história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. [...] é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações”. A imprensa está relacionada ao seu tempo, aos interesses de seus donos, aos embates entre jornalistas, mercado editorial, comercial e financeiro, responsáveis pela forma e pelos recursos de um jornal. A virada do século XIX para o XX trouxe inovações tecnológicas e o aumento do consumo de revistas, que diferentemente dos jornais, tinham caráter de entretenimento, miravam o mundo das camadas médias e altas, enquanto os diários tratavam das mazelas sociais (Freire, 2015). Desde a segunda metade do século XIX é possível observar com maior constância a presença do leite adentrando a tipografia, em jornais e revistas destinados ao grande público e a grupos específicos, com a mesma finalidade: a promoção e a venda de um alimento.

Em 1891 circulou no *Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial do Rio de Janeiro* (conhecido como *Almanak Laemmert*) uma propaganda do “Leite Excepcional”. O anúncio trazia a imagem de uma grande vaca em primeiro plano e uma casa ao fundo, com ares de uma pequena fazenda, um cercado separando o animal da moradia e a alusão a um gramado. A localização do estabelecimento era uma chácara na rua Mariz e Barros, número 44.

Esse anúncio nos traz ao menos dois pontos relevantes: a mensagem inicial de que o estabelecimento havia sido fundado há 7 anos, dando ao comprador a garantia de sua qualidade, já que mostrava um ambiente tradicional daquela localidade. E a afirmação de já contar com grande número de assinantes, especialmente um grupo formado por médicos, parteiras, doentes e crianças para amamentar. Nota-se um público vasto: o leite aqui aparece como o alimento do velho e do novo, de doentes e crianças e, mais do que isso, garantido por médicos, já que faziam parte do seu público de compradores.

Quanto à verificação da qualidade do produto o anunciante informava:

A proprietária deste estabelecimento assiste sempre à tiragem do leite, engarrafa-o e lacra-o, evitando assim qualquer violação; para ainda mais provar aos seus numerosos fregueses o quanto é escrupulosa, manda fazer todos os anos uma análise quantitativa e qualitativa do leite de suas vacas, no Laboratório da Escola de Medicina para assim tranquilizar e captar cada vez mais a devida confiança dos Srs. médicos, parteiras, doentes e mais da família (Almanaque..., 1891, p. 2051).

A proprietária ainda se comprometia com a inspeção no processo de ordenha e engarrafamento do leite, o cenário proposto em sua chácara representava o completo oposto do quadro encontrado pelos médicos que fiscalizariam as albergarias na cidade do Rio de Janeiro, alguns anos mais tarde. O anúncio, que ocupava uma página inteira com a publicidade do “Leite Excepcional”, ainda trazia uma cópia do exame realizado pelo Laboratório do Estado, ratificando a qualidade do produto. A análise havia sido realizada mediante o exame do leite de quarenta vacas, e apresentava cor, espessura e sabor adequados, como pode ser observado na Figura 2:

Profissionais e Industriais do Brazil

LEITE EXCEPCIONAL

Este estabelecimento, fundado ha sete annos, já conta grande numero de assignantes, especialmente medicos, parteiras, doentes, e crianças para amamentar, dando para esse fim um tratamento especial ás suas vaccas.

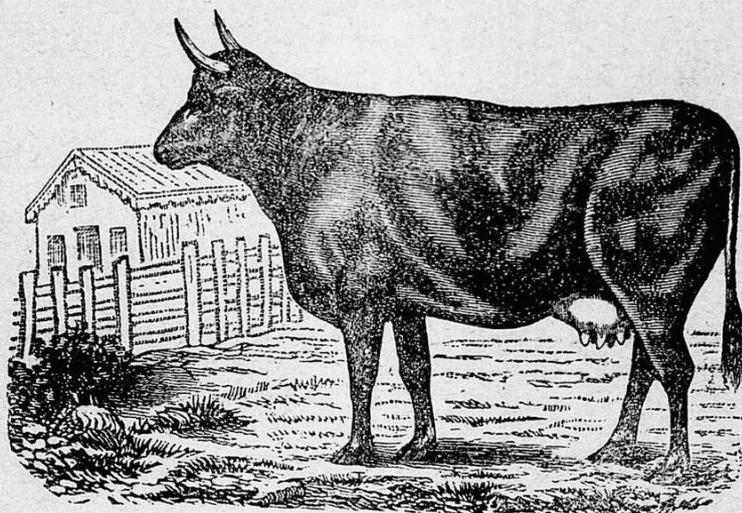
Chama-se a attenção das familias.

A proprietaria deste estabelecimento assiste sempre á tiragem do leite, engarrafa-o e lacra-o, evitando assim qualquer violação; para ainda mais provar aos seus numerosos freguezes o quanto é escrupulosa, manda fazer todos os annos uma analyse quantitativa e qualitativa do leite de suas vaccas, no Laboratorio da Escola de Medicina para assim tranquillisar e captar cada vez mais a devida confiança dos Srs medicos, parteiras, doentes e mãis de familia.

Entrega-se este magnifico leite fresco de manhã e á tarde.

Quando é para criar, a proprietaria tem o cuidado de mandar sempre da mesma vacca e escolhida conforme a idade da criança.

Rua Mariz e Barros,
44



Rua Mariz e Barros,
44

COPIA

Laboratorio do Estado

ANALYSE N. 47 — Resultado da analyse de uma amostra de leite de vacca denominado — **EXCEPCIONAL** — da chacara da rua Mariz e Barros n. 44, de propriedade de D. Maria Josephina Tasso de Faria.

A referida amostra, proveniente de mistura de leite de 40 vaccas, apresenta um cor branca levemente amarellada, consistencia espessa, cheiro e sabor agradaveis.

Pelo exame microscopico observa-se grande numero de globulos, muy pequenos, regulares e levemente coloridos de amarello.

Composição:

Densidade a 15°.....	1030	} %	Manteiga.....	57,25	} por 1000
Creme.....	16		Caseina e albumina.....	41,45	
Extracto a 95°.....	15, gr 55		Lactose.....	49,15	
Agua.....	844,50		Cinzas.....	7,65	
				10000,00	

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1889.—Dr. *Borges da Costa*.

As assignaturas pagas adiantadamente até o fim do mez

Nos arredores do estabulo, gar. 300, dita de lit..... 500
Outros arrabaldes e Cidade, gar. 320, dita de lit..... 500

Telephone 5102, Chacara e 160 escriptorio

ESCRITORIO: RUA DE S. JOSÉ, 95

(art. 605)

2051

Figura 2: Anúncio do "Leite Excepcional".

Fonte: Almanaque... (1891, p. 2051).

Há um ponto que merece ser mais explorado nesse anúncio: a escolha da raça da vaca tinha influência direta na produção do leite, assim como a idade do animal – destaca-se que com poucos dias de parida, a vaca tem colostro no leite, o que o torna mais fraco. Esse ponto merece destaque justamente por invalidar a divulgação do “Leite Excepcional”, pois o anúncio garantia a entrega do leite compatível ao tempo de vida da criança a ser amamentada (Almanaque..., 1891, p. 2051). E, sobre a influência da idade do animal, vale lembrar o estudo de Carneiro, aluno da FMRJ, que afirmava:

A idade do animal tem influência sensível sobre a qualidade do leite, mas o que varia mais com a idade é o rendimento em líquido.

Aos cinco anos é que o animal (a vaca) começa a produzir mais, subindo a produção até aos 7 ou 8 anos em que estaciona.

Depois dos 9 anos começa a baixar sensivelmente, mas se a exploração continua não obstante o leite diminuir constantemente, só tarde se extingue de todo.

Esta é a regra tendo exceções que dependem da raça e dos cuidados de que se cerca o animal (Carneiro, 1912, p. 39-40).

Como garantir a entrega de leite para crianças recém-nascidas tendo o leite da vaca a mesma idade de vida da criança a ser alimentada? Se o estabelecimento garantia essa proeza não podemos afirmar, mas a depender da demanda seria necessário um quantitativo alto de animais e a constante compra de vacas recém-paridas para manter o fornecimento de um leite de acordo com a idade da criança alimentada.

Os anúncios faziam parte do cotidiano dos jornais e bem demonstram que além da presença física dos estabelecimentos em uma mesma localidade ao longo de décadas e do boca a boca realizado pelos consumidores, era importante trazer aos periódicos uma mensagem, como meio de se afirmar, de angariar novos consumidores e promover o produto e o estabelecimento. Menções ao leite de vaca podem ser observadas nos mais diversos meios, em jornais correntes, como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, em revistas mais especializadas, destinadas a um público específico, como o *Almanaque Administrativo e Industrial do Rio de Janeiro*, a *Revista dos Arquivos de Assistência à Infância do Rio de Janeiro* e a *Tribuna Médica*. Temos aqui três meios completamente distintos de divulgação: o primeiro voltado ao grupo comercial e empresarial da cidade, o segundo uma publicação de uma instituição de assistência a crianças pobres, que seria lida pelos mantenedores da instituição, famílias abastadas, e distribuída entre as mães e crianças recebidas para atendimento e, por fim, uma das principais revistas do meio acadêmico no campo da medicina.

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (Ipai), foi uma instituição filantrópica criada em 1899 pelo médico Moncorvo Filho. A instituição nasceu de uma ideia compartilhada, da ação conjunta de médicos, comerciantes, jornalistas e políticos preocupados com os rumos da capital federal. Ao longo de quase 40 anos a instituição teve diferentes especialidades para o atendimento de crianças pobres, foi local de prática médica para alunos da Faculdade de Medicina e de benemerência para políticos, industriais e mulheres da elite (Gil, 2018).

Dentre as principais atividades do Ipai estava a distribuição de leite esterilizado para as mães que não podiam amamentar, o exame de mulheres que desejavam atuar como amas de leite e o atendimento de moléstias infantis. A alimentação, somada aos bons cuidados era para

o médico Moncorvo Filho o principal meio de diminuir a mortalidade. Nos diversos serviços, como clínica médica, clínica cirúrgica, e eletroterapia, os ensinamentos de puericultura eram o carro chefe da instituição, ensinar a mulher a zelar pela prole, tornando-a parceira do médico dentro de seu próprio lar (Freire e Leony, 2011). A imprensa foi uma grande aliada tanto para a circulação da mensagem de Moncorvo Filho quanto para a promoção da filantropia, praticada por meio de sua instituição, que contava com o apoio de jornalistas e industriais, como o diretor do *Correio da Manhã*, que era membro da comissão de imprensa no Ipai,⁹ rendendo a Moncorvo Filho diversos artigos e publicidade nas páginas desse periódico. O próprio Ipai tinha uma publicação, os *Arquivos de Pediatria*, e como se pode ver na Figura 3, em 1903 trazia o anúncio de um benfeitor: a Companhia de Laticínios Estação da Mantiqueira, responsável pelo fornecimento do leite que o Ipai distribuía para as mães que não podiam amamentar.

A instituição realizava a defesa contundente da importância do leite materno, mas fazia a distribuição do leite de vaca e trazia em uma página inteira da revista o anúncio da Companhia de Laticínios Estação da Mantiqueira, “o melhor encontrado no mercado” e “recomendado pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância e por todas as sumidades medicas do país na alimentação da infância, dos velhos e dos convalescentes”. O Ipai recebia o leite gratuitamente, em contrapartida anunciava o alimento dando a segurança de sua qualidade, fomentando o consumo do leite de vaca por idosos, doentes e crianças, aquelas que deveriam justamente fazer uso do leite materno.

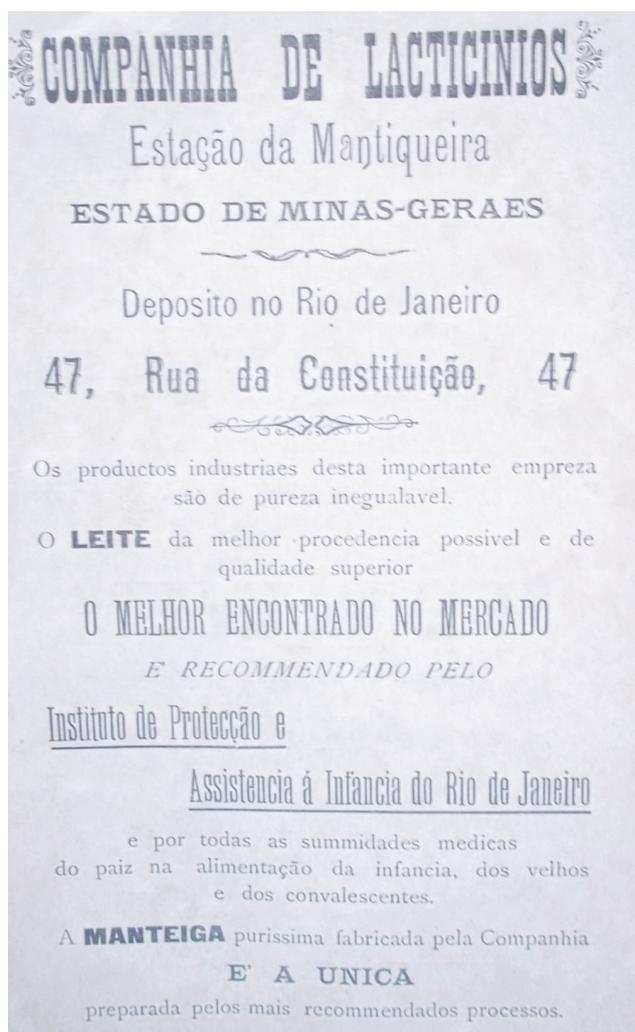


Figura 3: Anúncio no periódico do Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

Fonte: Archivos de Assistencia a Infancia, 1903 (Biblioteca de Obras Raras, Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz).

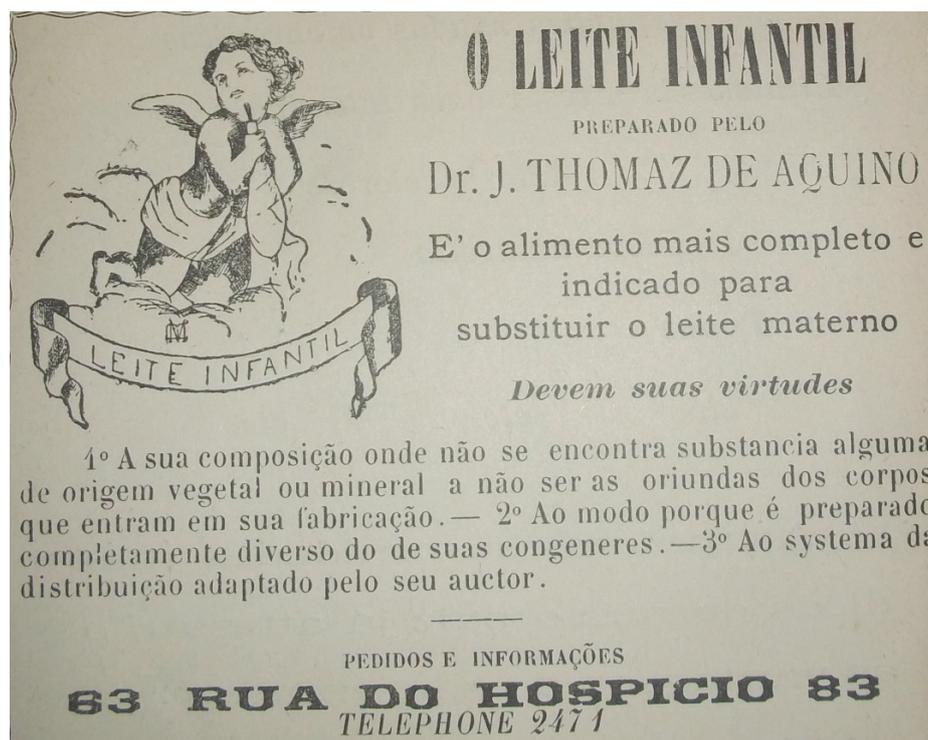
Em 1908, um dos médicos pertencente ao corpo clínico do Ipai, o doutor Tomás de Aquino, podia ser visto nas páginas da revista *Tribuna Médica* vendendo leite. As ambiguidades desse anúncio são diversas: temos uma revista médica, especializada em debates acadêmicos e artigos científicos, trazendo justamente o anúncio do leite de vaca para a alimentação de crianças. Vale destacar a importância dos recursos adquiridos através dos anúncios; ainda que fosse uma publicação médica a revista era

⁹ A lista de beneméritos, médicos, e pessoas envolvidas com a instituição foi realizada com base em relatórios anuais publicados por Moncorvo Filho, os quais, além dos eventos ocorridos na instituição, apresentavam as pessoas envolvidas a cada ano, entre 1902 e 1909. (Lista elaborada pela autora, a partir dos relatórios do Ipai, durante pesquisa de iniciação científica, com base no acervo da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio).

Os estábulos estão por toda a parte: a venda, a propaganda, o consumo do leite de vaca na cidade do Rio de Janeiro e sua interferência na saúde infantil (1880-1920)

mantida pela entrada de verbas, inclusive aquelas obtidas por meio da publicidade. E, por fim, temos um médico reconhecido, do Ipai, atestando a qualidade de um leite que dizia capaz de substituir o leite materno.

“O leite infantil, preparado pelo Dr. Thomaz de Aquino é o alimento mais completo e indicado para substituir o leite materno.” Ao lado dessa mensagem temos uma criança em forma de anjo segurando uma mamadeira. As justificativas para o emprego desse alimento, que se comparava ao leite materno, apesar de todas as considerações realizadas pelos alunos da FMRJ¹⁰ em contrário, podem ser observadas na Figura 4:



Fonte: Tribuna Medica, 1908 (Biblioteca de Obras Raras, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

O anúncio do “Leite Infantil” garantia que em sua composição não se encontrava substância de origem vegetal ou mineral, era preparado de modo diferenciado e tinha distribuição adaptada pelo próprio médico. Esses três fatores garantiam assim a sua qualidade.

Por fim, dentre as diversas propagandas que aparecem na revista do Ipai destacaremos mais uma: o “Leite Mondião”, outro leite que garantia ser o mais próximo ao leite materno. O escritório de venda ficava na rua S. José, bem no coração do centro comercial da cidade do Rio de Janeiro, e o depósito no Cais do Porto, área de entrada e saída de mercadorias do país, reduto de trabalhadores e de uma população de baixa renda que habitava casas e cortiços do seu entorno. A propaganda do leite Mondião assegurava ser este engarrafado “pelo” vácuo e muito digestivo. E, por ser o mais próximo ao leite humano, era recomendado por clínicos e podia ser encontrado em todos os estabelecimentos de comércio e farmácias. Como nos apresenta a Figura 5:

10 Vale destacar os trabalhos de: Lima, Carlos Valeriano de Abreu e. *O puerperio*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1914; Machado, Manuel de Mello. *Mortalidade de criança no Rio de Janeiro: suas causas e meios de atenuá-la*. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, 1911.

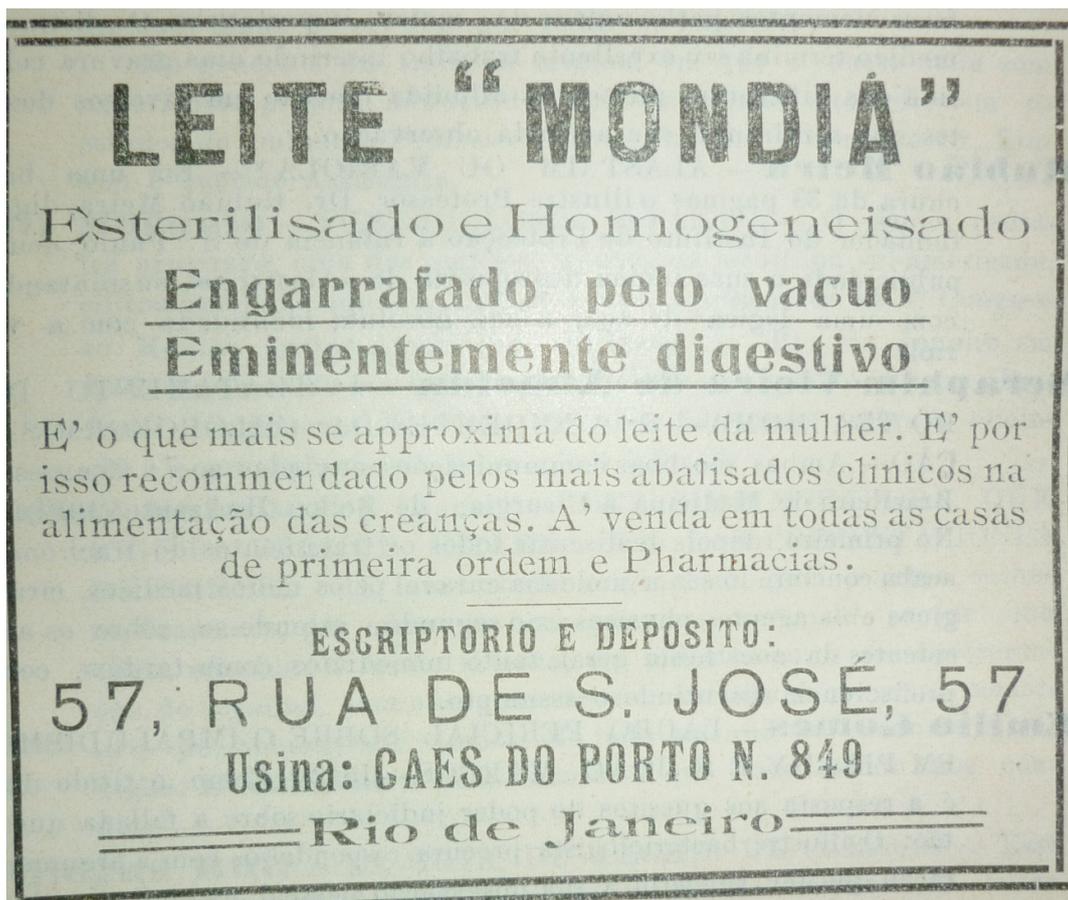


Figura 5: Anúncio do Leite Mondia.

Fonte: Archivos de Assistencia à Infancia, ano VI, n. 3, p. 72, 1913 (Biblioteca de Obras Raras, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Entre 1891, ano correspondente ao primeiro anúncio aqui apresentado, e o anúncio do Leite Mondia, em 1913, temos um intervalo de duas décadas, ou para ser mais exata, 22 anos. Nesse período a venda de leite esteve presente nas discussões médicas, nas posturas municipais, e na abertura de estábulos e albergarias. Os anúncios de leite nos permitem observar a presença constante do alimento na imprensa: se a passagem do leiteiro era o mote para a atuação governamental, que buscava impedir a venda do leite tuberculoso, contaminado, adulterado, minimizando seus impactos na dieta da população carioca, por outro lado, os estabelecimentos foram mantidos justamente no centro da cidade, misturados às áreas residenciais, à vista de todos os habitantes e dos leitores dos jornais.

Se, em um primeiro momento, salta aos olhos a presença da propaganda de leite em revistas médicas, esse fato pode ser "facilmente" compreendido pelo papel econômico representado pelo anúncio, um rendimento que a imprensa não poderia se dar ao luxo de desprezar. Mas o que temos aqui é, justamente, a presença de médicos renomados utilizando-se de sua imagem e posição social para certificar alimentos outros que não o leite materno. Mais do que isso, foi possível encontrar personagens envolvidos com a certificação, a produção e a venda do leite vaca. Se isso não comprova, ao menos indica a lucratividade do mercado da alimentação infantil.

Os índices de mortalidade de crianças na cidade do Rio de Janeiro, desde meados do século XIX, como mencionado, apresentavam como segundo maior fator de mortalidade, após os problemas respiratórios, os problemas provenientes do tubo digestivo. Essa percepção levou

Os estábulos estão por toda a parte: a venda, a propaganda, o consumo do leite de vaca na cidade do Rio de Janeiro e sua interferência na saúde infantil (1880-1920)

médicos e estudantes a olharem para a alimentação como o meio mais eficaz de impedir o falecimento prematuro, sobretudo no primeiro ano de vida.

Se a inquietação médica quanto ao leite artificial foi uma prerrogativa constante no âmbito dos debates acadêmicos, a legislação desse período nos ajuda a confirmar os motivos dessa preocupação, demonstrando como o comércio de leite era uma prática antiga na cidade e marcada por problemas. Além dos impactos causados pelo leite de vaca, da relação entre prática e discurso médico, por vezes, contraditória, ainda temos, nesse mesmo período, a entrada das farinhas e mingaus nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais, alimentos que prometiam rapidez e facilidade no preparo. Os alimentos artificiais invadiriam as vitrines, concorreriam, inclusive, com o leite de vaca, angariando consumidores e se tornando mais um empecilho na luta contra a mortalidade infantil. Mas essa é outra história.

Referências bibliográficas

- ABREU, Mauricio de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- ANDRADE, Alfredo A. de. *Regulamentação da venda de leite destinado ao consumo: estudo das causas que fazem variar a composição química do leite. Organização do serviço de fiscalização sobre a qualidade e venda*. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Pimenta de Mello, 1912.
- BENCHIMOL, Jaime L. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano, v. 1: economia e sociedade, poder e política, cultura e representações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 231-286.
- CARNEIRO, Pedro Alves. *O leite higiênico e seu consumo na Capital Federal*. Cadeira de Higiene. Rio de Janeiro: Typ. do Instituto Profissional João Alfredo, 1912.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAMAZIO, Sylvia. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- FIGUEIRA, Fernandes. O leite no Rio de Janeiro, pelo Dr. Fernandes Figueira e Ernani Passos. *Brazil-Medico*, Rio de Janeiro, ano 20, p. 276-278, 1906.
- FLANDRIN, Jean-Louis; MASSIMO, Montanari. *História da alimentação*. 10ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2020.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. Quando a caridade encontra a ciência: um olhar sobre a trajetória do Dr. Moncorvo Filho. In: Sanglard, Gisele *et al. Filantropos da nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 113-132.
- FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, 1899-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, p. 199-225, 2011.
- GERSON, Brasil. *Histórias das ruas do Rio*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2013.
- GIL, Caroline Amorim. *Precisa-se ou aluga-se: o mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Os-

waldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

PORTUGAL, Aureliano. *Anuário de estatística demógrafo-sanitária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

SARMIENTO, Érica; AZEVEDO, André. Cidade e imigração: a freguesia de Santo Antônio e o cotidiano dos galegos nos logradouros cariocas (1880-1930). *História*, São Paulo, v. 36, n. 109, p. 1-19, 2017.

SILVA, Bárbara Damasco da. *A Policlínica das Crianças da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: filantropia e saúde (1909-1929)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Recebido em agosto de 2021

Aceito em novembro de 2021